

Interseções transculturais no Atlântico Negro: o caso Francisco Félix de Souza

Transcultural intersections in the Black Atlantic: the affair Francisco Félix de Souza

PAULO CÉSAR OLIVEIRA*

RESUMO: O ARTIGO INVESTIGA AS TEORIAS DE PAUL GILROY, EM O ATLÂNTICO NEGRO, ESPECIALMENTE QUANDO TRATA, NO “PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA”, DOS “PADRÕES DE FLUXO E MOBILIDADE QUE CARACTERIZAM A AVENTURA EXTRANACIONAL E A CRIATIVIDADE INTERCULTURAL”. PROPÕEM-SE DIÁLOGOS ENTRE O ROMANCE *THE VICEROY OF OUIDAH*, DE BRUCE CHATWIN, E OUTRAS OBRAS QUE VEEM NA FIGURA DE FRANCISCO FÉLIX DE SOUZA PERSONAGEM DECISIVA NA CONFIGURAÇÃO DA PRESENÇA BRASILEIRA NA ÁFRICA DAOMEANA.

ABSTRACT: THE ARTICLE IS BASED ON PAUL GILROY’S CLAIM IN THE “PREFACE” TO THE BRAZILIAN EDITION IN *THE BLACK ATLANTIC*, THAT THERE ARE “PATTERNS OF FLUIDITY AND MOBILITY THAT CHARACTERIZE THE EXTRANATIONAL ADVENTURE AND THE INTERCULTURAL CREATIVITY”, THUS LEADING US TO ANNALIZE BRUCE CHATWIN’S *THE VICEROY OF OUIDAH* AND OTHER WORKS CONCERNED WITH THE LIFE OF FRANCISCO FÉLIX DE SOUZA, A DECISIVE CHARACTER TO THE HISTORY OF THE BRAZILIAN INFLUENCE IN DAHOMEY.

PALAVRAS-CHAVE: PAUL GILROY, BRASIL, ÁFRICA, DAOMÉ.

KEYWORDS: PAUL GILROY, BRAZIL, ÁFRICA, DAHOMEY.

* Doutor em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor-adjunto de Teoria Literária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor titular da Uniabeu - Centro Universitário. Publicou *Poética da distensão* (Manaus: Muiraquitã, 2010) e organizou a coletânea de ensaios *Memória e Identidade* (Rio de Janeiro: Galo Branco, 2012). É pesquisador da FAPERJ e do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da UERJ.

I ntrodução

No “Prefácio à edição brasileira” de *O Atlântico Negro*, Paul Gilroy (1993) destaca o impacto dos movimentos negros do Brasil e de suas histórias de lutas no reconhecimento do racismo presente na sociedade brasileira, que se manifesta ora por meio de um sistema quase invisível, ora de forma transparente, desvelando a instabilidade de uma espécie de noção romântica da cultura nacional, segundo a qual se imaginava uma sociedade brasileira refratária a divisões raciais. Com isso, as noções de cordialidade, miscigenação, tolerância racial, dentre outras que projetaram em nosso imaginário uma espécie de paraíso multiétnico possível e cuja existência concreta seria passível de se materializar em nossas plagas devem ser redefinidas e reavaliadas, de acordo com Gilroy. Na contramão de uma utopia romântica precária, outra hipótese, que reconhece a existência e persistência de um racismo, por vezes claramente manifesto, por outras latente, nos levou a pensar o estabelecimento de certos limites e alcances de uma política que se pretende afirmativa, sem que se recaia nas armadilhas dos essencialismos românticos. Nesse sentido, o pensamento de Gilroy é provocador.

Para Gilroy, uma política afirmativa não deve incorrer em idealizações da figura do negro ou na supervalorização de uma espécie de “essência” da negritude: ao contrário, esses mesmos essencialismos e seus efeitos devem ser postos em xeque e superados. Assim, o prefácio de Gilroy é suficientemente político para introduzir as ideias do pensador ao público brasileiro. Na apresentação da edição brasileira de *O Atlântico Negro*, Livio Sansone (2012) observa que, além de reafirmar o caráter local e mesmo regionalista dos processos de racialização e dos ideais antirracistas, os conceitos e paradigmas de nação, povo, etnia acabam subestimando as contradições inerentes a essas noções. Um bom exemplo é o reconhecimento de que tais construções discursivo-conceituais só puderam germinar em um circuito transatlântico. Melhor dizendo, o pensamento acerca da herança cultural e/ou histórica do Atlântico Negro deve reconhecer o fenômeno conforme a ampla proliferação de discursos que, embora muitas vezes estranhos ou desconhecidos, são peças fundamentais para se compor um calidoscópio multidisciplinar que estrutura a chamada questão negra. As noções de “negro” ou “cultura negra”, diz

Sansone, dependem desses entrelaçamentos, já que, contemporaneamente, o discurso da racialidade vem se construindo na interseção entre pensamentos dicotomicamente estabelecidos, na oposição entre “negros” e “brancos”.

Na esteira do destaque dado por Paul Gilroy aos movimentos e lutas dos negros no Brasil, com foco no referido caráter incorporador dos discursos e ideias defendido pelo pensador, inserimos neste quadro multiforme o saber literário como elemento a mais no estudo das construções discursivo-ideológicas que configuram no Atlântico Negro “uma rede entrelaçada entre o local e o global” (GILROY, 2012, p. 82). O próprio Gilroy trata de estabelecer em *O Atlântico Negro* a mescla cultural e intersemiótica como método de trabalho, a exemplo do que Edward Said fizera no pioneiro *Orientalism* (1979). Esse hibridismo do pensamento de Gilroy evidencia o caráter dialógico dos múltiplos sistemas sógnicos. Nesse sentido, *O Atlântico Negro* pode ser considerado uma espécie de novo marco, propulsor de vieses críticos, desde que foi lançado em 1993, quando redefiniu teorias e ideologemas.

O texto de Gilroy tem a força e o mérito de toda obra aberta: requer ser suplementado. Ele conclama e congrega diversos discursos possíveis ao pensar uma noção nova de diáspora não restrita à questão somente geográfica, mas ampliada suficientemente para abrigar os conceitos de dispersão e disseminação, já que uma teoria ampla sobre o Atlântico Negro pressupõe circulação, trânsito, fluxo de ideias, trocas, comércio, negociação, todos signos das potencialidades discursivas da reflexão de Gilroy.

Quando tratamos de uma diáspora negra, cujo dado exemplar foi a ignomínia da escravidão e do exílio forçado, somos forçados a remeter essa noção às demais diásporas – críticas, culturais, religiosas – que colocam o *Atlântico Negro* na rota de formação de um pensamento da modernidade e que não pode descartar essas influências. No caso brasileiro, Gilroy (2012, p. 11) faz uma autocrítica, ao afirmar que “a história brasileira tem sido marginalizada mesmo nos melhores relatos sobre a política negra centrados na América do Norte e no Caribe”. Por isso, destaca a importância do Brasil para que se possa “adquirir uma perspectiva mais complexa sobre a modernidade e uma compreensão mais rica, pós-antropológica” das “culturas coloniais e pós-coloniais” (GILROY, 2012, p. 11). Essa breve advertência não é pequena em seu alcance, já que posiciona o Brasil nas “rotas marítimas do pensamento” e o vincula à própria distensão crítica que entende a modernidade como

era de contínua reflexão em expansão. Na conclusão do “Prefácio à edição brasileira”, há uma advertência final em que Gilroy (2012, p. 30) enfatiza sua preocupação em “repudiar as perigosas obsessões com a pureza racial que se encontram em circulação dentro e fora da política negra” e exalta a hibridez e a mistura de ideias contra o que chama de “clausura das categorias com as quais conduzimos nossas vidas políticas” (GILROY, 2012, p. 30). Nosso trabalho muito se vale dessas admoestações.

O estudo de um romance de língua inglesa – *The viceroy of Ouidah*, do inglês Bruce Chatwin (Sheffield, 1940 – Nice, 1989), publicado em 1980 –, cuja trama se centraliza na personagem histórica do brasileiro Francisco Félix de Souza, exilado na então Ouidah (Uidá), capital do reino do Dahomey (Daomê), em fins do século XVIII, nos motivou pensar o destaque dado por Gilroy à diversidade de discursos na construção de uma “viagem marítima” em rede transnacional rumo à compreensão do alcance da herança cultural do Atlântico Negro.

Elegemos o discurso literário como bússola para o preenchimento de lacunas pressupostas pela obra aberta que é *O Atlântico Negro*. Sob outras condições, o romance *The viceroy of Ouidah* (*O vice-rei de Uidá*, na tradução brasileira aqui citada) se apresenta como obra a ser “completada”. Antes de prosseguirmos, porém, destacaremos algumas questões para o leitor não familiarizado com a obra de Chatwin.

A personagem histórica que serve de ponto de partida para a trama de Bruce Chatwin é Francisco Félix de Souza (Salvador, 4 de outubro de 1754 – Uidá, 8 de maio de 1849), que provavelmente teria chegado ao Daomê em 1792 e lá se tornaria espécie de eminência parda do rei Gezo – ou Guezo. A história conta que, a exemplo das tradições locais, Souza teve inúmeras mulheres e mais de cem filhos. À época, amealhou grande fortuna, através do comércio de escravos. Do ponto de vista da história e da literatura, Souza também mereceu destaque, curiosamente, mais fora do Brasil. Essa lacuna foi preenchida pelo brasileiro Alberto da Costa e Silva, com a obra *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos* (2004). No exterior, a ficção deu considerável atenção a essa personagem, que figura em dois romances, *The viceroy of Ouidah*, de Chatwin, e *O último negreiro*, do português Miguel Real (2006). Dadas as limitações de espaço, trataremos somente da obra de Chatwin.

Em primeiro lugar, discutiremos as relações entre ficção, história e cultura,

concentrados na análise da personagem histórica Francisco Félix de Souza, rebatizada Francisco Manoel da Silva, por Chatwin. Interessa-nos a confluência entre literatura e história na reconstrução do passado africano, conforme entende Gilroy (2012, p. 100) por meio do conceito renovado de *Poïésis*: “*Poïésis* e poética começam a existir de formas inéditas – literatura autobiográfica, maneiras criativas especiais e exclusivas de manipular a linguagem falada [...]”. Em segundo lugar, o papel da memória e da diáspora como estratégia de sobrevivência da história, ainda que em pedaços, nos leva a dialogar com o conceito de “poéticas da ruína”, de Lucia Helena (2006).

Entendemos *The Black Atlantic* como obra aberta, a demandar uma história heterológica que incorpora novas poéticas, das quais destacamos a força dos saberes (*mathesis*, conforme Roland Barthes) presente no discurso literário, ao lado da *mimesis* e da *semiosis*.

Autores em busca de uma personagem

Francisco Félix de Souza é caso de personagem cuja história se abre a gêneros diversos. A apropriação biográfica, histórica ou ficcional de sua figura faz com que os gêneros utilizados desnudem seus próprios limites e isso se deve também à dimensão multifacetada da própria personagem, cuja existência histórica em muito se assemelha ou se presta a reconfigurações ficcionais. A deficiência documental e a instabilidade dos fatos apurados na trajetória histórica de Francisco Félix são fatores que propiciam o hibridismo discursivo que caracteriza as análises históricas e biográficas de sua vida e as aproximam da ficcionalidade do texto literário. Essa hipótese de trabalho será verificada nas narrativas com que iniciaremos essa investigação.

No final do “Prefácio” à edição brasileira de *The viceroy of Onidab*, Bruce Chatwin (1987, p. 12), após descrever a genealogia da escrita do romance, conta que o estado fragmentário do material histórico levantado o demoveu da ideia de escrever uma biografia de Francisco Félix de Souza e o levou a criar obra de “pura ficção”. Sua narrativa não seria movida pela busca da verossimilhança, mas pela reflexão sobre as impossibilidades da verdade histórica frente ao real. Assim, no “Prefácio”, o autor joga com esses limites, fingindo fracassar e criando uma escrita ficcional possível.

Nesse sentido, o prefácio de Chatwin, ficcional por excelência, revela-se problemático para o leitor, na medida em que o romancista inglês enfatiza a oposição entre o material histórico-documental e a “pura ficção” que, ao final, dará forma ao romance. Podemos discutir se a opção pela ficção romanesca em detrimento do relato biográfico está realmente em desacordo com a narrativa histórica. No Romantismo, essa estratégia foi muito utilizada e apontava para o caráter ambíguo do discurso literário, ao mesmo tempo em que o vinculava ao real histórico, espécie de exterior configurado e logo descosido pela ficção. Em Chatwin, este procedimento se revela por meio de estratégias metaficcionais que distanciam sua obra do romance histórico, aproximando-a dos parâmetros estabelecido pelas metaficções historiográficas, ou seja, a aludida impossibilidade de juntar os vestígios históricos para a escrita de uma biografia seria o ponto de partida para Chatwin colocar em xeque a distinção entre discurso histórico e discurso literário, em que a literatura exerce função problematizadora. Claro que isso não é um dado novo, haja vista qualquer releitura da *Poética*, de Aristóteles.

O processo de construção da biografia histórica de Francisco Félix de Souza escrita por Alberto da Costa e Silva guarda semelhanças com a “confissão” de Chatwin. Também no “Prefácio” de *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos* (2004), Costa e Silva diz que, desde 1947, veio guardando “pedaços que sobraram” da vida de Souza: um punhado de documentos; testemunhos de contemporâneos que conviveram com Souza em sua velhice; memórias conservadas por diversas pessoas em Ajudá e no Abomé; imagens recolhidas; visitas a sítios históricos, como a casa de Francisco Félix, igrejas, templos etc., além de pequenas passagens sobre a personagem, recolhidas de diversos historiadores. A fonte mais importante para Costa e Silva foi a obra de Robin Law, cuja importância o teria até mesmo desmotivado a escrever um trabalho sobre Francisco Félix (SILVA, 2004, p. 6). Ainda assim, Silva lembra que o adolescente de 1947 não se abateu e o adulto decidiu seguir em frente, entendendo que “o que vemos [...] depende de como olhamos” (SILVA, 2004, p. 6). Assim, nasce o seu “retrato” da personagem inscrita na História, categorização problemática, como veremos.

Miguel Real, em seu romance *O último negreiro* (2006), é econômico em explicações. Como acontece em algumas edições portuguesas, não há ficha catalográfica do livro e o leitor desavisado pode comprar o romance credi-

tando ser livro de historiador, já que a configuração da obra nos leva a essa confusão. As duas epígrafes escolhidas por Real são aparentemente retiradas de fontes históricas, mas logo saberemos que isso é incerto. Há uma “Tábua de personagens”, antes da narrativa propriamente dita, mas também ali sujeitos históricos são mesclados a entidades puramente ficcionais. Se o primeiro capítulo da obra revela a escrita de um romance, seu epílogo não confirma essa hipótese, pois pode ser lido como relato histórico ou biográfico. Para aumentar a desconfiança do leitor, há uma “Bibliografia”, ao final, com vários pesquisadores (dentre eles, Alberto da Costa e Silva).

A centralidade de Francisco Félix de Souza é o que une os três exemplos. Em Chatwin, a opção pela ficção foi determinante na decisão de alterar para Francisco Manoel da Silva o nome do sujeito histórico; Real, ao contrário, mantém o nome da personagem histórica; por se tratar de uma biografia, Alberto da Costa e Silva mantém o nome histórico, embora não se furte a narrar por meio de estratégias ficcionais. No ambiente da contemporaneidade, as cartas do jogo entre ficção e história não são mais tão marcadas: o hibridismo discursivo acena para múltiplos entrelaçamentos textuais, como advogara Paul Gilroy, e o exemplo vem logo início do primeiro capítulo da obra de Costa e Silva (2004, p. 9):

Este é o quarto de Francisco Félix de Souza. Não repare nos descascados e nas manchas das paredes. Cuide da cama portuguesa, de madeira sólida (não sei se pau-ferro, jacarandá ou mogno), ressequida e fosca por míngua de verniz, de cera ou de óleo. Há lascas neste torneado e falta um pedaço naquela pinha ou carapeta, no alto do baldaquino que sustentava o mosquito. O dono do leito jaz ao lado, sob uma campã em cuja cabeceira se ergue a imagem do santo de seu nome e devoção. Sepultaram-no como um príncipe da terra. E dentro de casa, à daomeana. No que me dizem teria sido o seu quarto.

O tom de intimidade e conversa do narrador com o leitor (“Não repare nos descascados e nas manchas das paredes”), como se uma câmera de cinema o guiasse pelo quarto de Dom Francisco, denota um discurso que não se limita à objetividade do relato verossímil, mais próprio da escrita da história ou da biografia. O fato de que algumas imprecisões (“não sei se pau-ferro, jacarandá ou de óleo”) não constriam o historiador indica que o elemento documental dialoga com a abertura e ambiguidade discursivas do texto literário. Por outro lado, em Costa e Silva, as informações documentais, culturais,

religiosas e sociais são rigorosamente dispostas, prontas para abastecer o historiador e o leitor com dados de que necessitam para a reconstrução do passado. Nos dois parágrafos iniciais de *O vice-rei de Uidá* (CHATWIN, 1987, p. 13), vemos certas consonâncias do romance com a prosa histórico-biográfica de Costa e Silva:

A família de Francisco Manoel da Silva se reunira em Uidá para honrar sua memória com uma missa de réquiem e um jantar. Era uma tarde de março, e o calor, como sempre, estava sufocante. Fazia 117 anos que o homenageado morreria.

A missa foi rezada na catedral da Imaculada Conceição, revestida de estuque, monumento que reverenciava o lado mais austero do catolicismo francês. Erguia-se em uma grande praça, coberta de poeira vermelha e projetava seu fulgor sobre os muros, casinhas de barro e as árvores do templo da Serpente, situado no lado oposto.

Como em Costa e Silva, os parágrafos se valem de um pendor descritivo peculiar à ficção inglesa e revelam detalhes de uma Uidá contemporânea, ao mesmo tempo em que recuperam do passado elementos históricos e culturais da cidade. Ao situar a narrativa em 1974 (117 anos após a morte de Souza), Chatwin faz uma ponte entre as possibilidades da memória e a investigação histórica do passado. Nos dois parágrafos supracitados, seremos informados da herança colonial francesa (“o lado mais austero do catolicismo francês”); do hibridismo religioso, com a catedral católica erguida na praça no lado oposto ao templo da Serpente (Dãgbé, Serpente Celeste); ou mesmo da descrição do clima e da arquitetura das casas. Chatwin se vale de expressões e vocábulos de línguas diversas (inglês, francês, português e línguas africanas, especialmente *fon*) e suas escolhas narrativas oscilam entre estratégias do ficcionista e olhar do historiador, como fez Costa e Silva. Ambos, aliás, ao tratar dos dotes de negreiro de Souza, dirão:

Da Silva entregou-se ao Tráfico como se não tivesse conhecido outra ocupação na vida. Sempre se considerara um homem independente e agora era patriota e proprietário. Nenhuma palavra de congratulação partiu de seus superiores na Bahia. Ainda assim ele acreditava que sua vocação, enviada pelos céus, era a de abastecer com músculos negros as minas, engenhos e fazendas de seu país, julgando que iriam recompensá-lo (CHATWIN, 1980, p. 95).

A vocação de Francisco Félix de Souza não era a de escrevente ou guarda-livros. Permaneceu fiel à fortaleza de São João Batista de Ajudá, porque comandá-la lhe conferia proteção e prestígio. Já que estava na África, cabia-lhe procurar enriquecer, no que constava ser o mais lucrativo dos negócios da época. Tinha por meta seguramente a de repetir o destino de tantos outros que, desde o início do tráfico de escravos africanos, se transferiram dos portos de compra para os de venda e fizeram fortuna como intermediários e armazenadores (SILVA, 2004, p. 27).

Discurso ficcional e discurso histórico se entrelaçam e assemelham, mas precisamos destacar importantes incompreensões, de que nem mesmo Robin Law (2001, p. 18) escapou:

A natureza da posição de Francisco Félix em Ajudá é frequentemente falseada na tradição local, como de “vice-rei de Ajudá e chefe dos brancos”. Esse equivoco foi consolidado internacionalmente pelo romance histórico de Bruce Chatwin, que, embora confessadamente uma obra de ficção, se baseia estreitamente (na sua parte africana, mas não, na brasileira) na vida de Francisco Félix de Souza. Essa deturpação, contudo, vem de longe, de sua própria época. (Grifos nossos).

Obviamente, faltou a Law uma teoria da ficção que melhor avaliasse o fenômeno ficcional. Não sabemos se ele teve acesso ao “Prefácio” escrito por Chatwin para a edição brasileira do romance, porém, se concordarmos com a ideia de que a ficcionalidade dos relatos não se manifesta somente na literatura, veremos que a história não é imune aos “equivocos” tidos como próprios do texto literário. A história pode mesmo se confundir com certas características do texto “puramente ficcional”, conforme entende Luiz Costa Lima (2006, p. 288):

[...] a transgressão da realidade não se dá apenas pela escolha de valores, usos e costumes presentes no mundo social em que é gerada a obra, mas também pela manipulação lexical e pelos esquemas que presidem a escolha de tipos de personagens e as ações que cumprem. Em suma, o texto é algo que se origina de um mundo *irrealizado*, i. e., não reduplicado, que, entretanto, pela transgressão do caráter difuso do imaginário, assume a aparência de realidade.

A constatação pura e simples de que os textos literários assumem a aparência de realidade é insuficiente. Para Lima (2006, p. 289), à relação entre ficção e realidade deve-se acrescentar o dado de que a escrita literária não pode ser apenas compreendida “como um simulacro da realidade, mas como apresen-

tação desta, muitas vezes desmistificante”. Daí a observação de Law carecer de uma visão mais estrutural e/ou dialética dos limites e alcances do literário. Com Luiz Costa Lima, entenderemos de modo mais apurado a estratégia ficcional de Chatwin, a revelar e desmistificar certos processos da escrita, estabelecidos no jogo entre realidade experimentada e realidade ficcionalizada. Nesse movimento de construção de saberes acerca do material histórico em sua relação com o mundo desmistificador do texto literário aflora a referida *mathesis* barthesiana: é no jogo do mundo que se dão os processos miméticos. Quando Gilroy invoca a problemática dos híbridos culturais e vê na literatura um espaço discursivo possível para a compreensão do Atlântico Negro como área multicultural, ele nos mostra que pensar o mundo moderno de forma ampla demanda a incorporação crítica de áreas heterogêneas.

Literatura e história: o Brasil no Atlântico Negro

Ao situar seu romance em 1974, Chatwin posiciona seu leitor entre dois mundos e duas épocas: de um lado, a Daomé contemporânea, atual Benim, ainda assolada pelo fantasma de regimes ditatoriais; de outro, a Daomé do tráfico negreiro, envolta nas turbulências de um regime monárquico autoritário e violento, cujo percurso histórico é retratado, desde fins do século XVIII até a morte de Francisco Félix de Souza. No romance de Chatwin, o ano de 1974, 117 anos após a morte de Souza, pode ser um dado documental discutível, no nível da verossimilhança histórica, já que 1849 é o ano consensual da morte do personagem. No tempo da enunciação do romance, vemos que os eventos da política no Benim dos anos 1970 são elementos caros à ficção de Chatwin. No “Prefácio” à edição brasileira, o escritor relata sua primeira visita ao Daomé, em 1971, país que se chamará Benim em 1975. Segundo seu biógrafo, Nicholas Shakespeare (2003, p. 321), Chatwin retornaria ao país em 1976. Na ocasião, no aeroporto, o romancista fora confundido com um mercenário por uma unidade do exército do Benim, tendo sido detido e sofrido agressões físicas. Chatwin não mais regressaria ao Benim, ainda de acordo com Nicholas Shakespeare. Para nossa leitura, essa passagem importa na medida em que estabelece relações entre a pesquisa de Chatwin acerca dos Souza, no Daomé, e o que se ficcionalizará no romance, confluindo presente

e passado histórico do atual Benim.

O comércio de escravos em Uidá é certamente o tema mais fascinante para os historiadores e Chatwin não se furta a ele. Desse tema decorre a consciência da importância da presença brasileira naquela região onde Souza exerceu papel decisivo, após se tornar um dos membros mais proeminentes daquela comunidade, inclusive retomando as ligações entre o Daomé e Portugal: “Os Souza, em particular, tinham sempre conservado sua nacionalidade portuguesa, ao invés da brasileira; e no contexto do fim do tráfico de escravos para o Brasil, esta aliança portuguesa ofereceu as bases para uma identidade alternativa e orientação externa” (LAW, 2002, p. 77).

Robin Law entende que a conexão dos Souza com Portugal se deu como contrapartida às influências britânica e francesa, por um lado, ou como proteção contra a autoridade nativa, por outro (LAW, 2002, p. 77). Uma das personagens mais instigantes do romance de Chatwin, Mama Wéwé, ou Eugênia da Silva, ao comemorar seus cem anos, em 1953, vaticina aos parentes: “Lembrem-se de que são brasileiros!” (CHATWIN, 1987, p. 37). A presença portuguesa, bem analisada por Law, no contexto das alianças políticas entre Daomé e Portugal, será crucial para a desmistificação proposta por Chatwin, visto que o encargo de (re) contar a vida de Souza fica por conta de Mama Wéwé, que o faz na língua nativa do patriarca. Mas o narrador heterogético, que domina a cena, até a entrada de Mama Wéwé, só pode fazê-lo em inglês. Então, aquilo que se anuncia primeiramente como ironia do romancista, se torna também apresentação desmistificante da realidade, conforme apontou Costa Lima.

As narrativas históricas sobre Francisco Félix de Souza testemunham essas lacunas, muitas vezes preenchidas por meio da interpretação, revelando uma história recontada através de certas escolhas. Assim, é preciso inserir na série literária e na série histórica possibilidades de a reconstrução dos fatos denotarem posturas ideológicas, o que politiza, tanto a análise literária, quanto a abordagem crítica da história. Reconhecendo a inserção do Brasil na história do Daomé, devemos creditar a Chatwin o “resgate” inicial dessa contribuição, já que foi pioneiro em conduzir Francisco Félix de Souza ao circuito literário internacional. A importância do Brasil na região do Daomé também se manifestou no fenômeno dos africanos retornados, os *agudás* (de que não trataremos aqui), mas antes, é de se ressaltar a contribuição de Souza e seu clã

na reconfiguração dos discursos sobre o Daomé e o mundo atlântico.

Elisée Soumonni (2001, p. 5) nos mostra que “o impacto do Brasil na atual República do Benim, herdeira do Daomé pré-colonial, colonial e pós-colonial, ainda é visível sob muitas formas”. Ele recorda que até mesmo a influência francesa buscou e encontrou apoio sólido, no século XIX, na elite afro-brasileira. Em *O vice-rei de Uidá* (CHATWIN, 1987, p. 144), a narradora Mama Wéwé recorda:

Os ‘brasileiros’ transformaram Uidá num Pequeno Brasil. Promoviam piqueniques, ofereciam jantares. Plantaram pés de amaranto e maravilha em seus jardins. Decoravam as salas com quadros de São Jorge e o dragão e, durante o carnaval, atiraram uns nos outros laranjinhas de cera, cheias de água perfumada.

O processo de transfiguração do real histórico no texto literário não é apenas um dado da *imitatio*, mas, principalmente, matéria que, por meio dos atos de fingir, configura um imaginário, cujas relações com o real histórico estabelecem intercâmbios, trocas, que fazem do literário, ao mesmo tempo, produto de imaginação e discurso representativo dos fenômenos da realidade, a lembrar Luiz Costa Lima.

Edna G. Bay (2005) afirma que os relatos de viajantes e as narrativas de escravos à época do tráfico negreiro fornecem aos historiadores a dimensão do impacto deste episódio nas comunidades africanas afetadas. O recente e crescente interesse nessas investigações sobre o tráfico negreiro impulsionou pesquisas sobre memória coletiva: “Collective memory has been invoked particularly in areas of history associated with survivors of forms of trauma, finding a central place in Holocaust studies and in social histories of warfare”¹ (BAY, 2005, p. 45). Conforme Bay, o impacto psíquico e emocional advindos do trauma da escravidão permanecem gravados na memória coletiva, e em todas as áreas da vida houve acentuada influência deste trauma civilizacional, observado até em insuspeitas áreas, como nas viagens turísticas de retorno à África, em que os processos de escravidão são revividos por meio de *performances* (Cf. RUFER, 2006, p. 67). As visitas aos extintos campos de

¹ “A memória coletiva tem sido invocada, particularmente nas áreas da história associada com os sobreviventes das formas de trauma, e tem tido um papel central nos estudos sobre o Holocausto e nas histórias sociais dos conflitos de guerra”. [Nossa tradução].

concentração de judeus cumprem papel semelhante.

Em *O vice-rei de Uidá*, a personagem-narradora Mama Wéwé, do alto de seus míticos 120 anos, representa uma espécie de memória coletiva concentrada. Ainda conforme Edna G. Bay (2005, p. 44), os trabalhos envolvendo os estudos da memória coletiva empregam artifícios narrativos que mais provavelmente os relacionam aos gêneros literários:

For example, they illustrate the contrast between the individual remembering and retelling of experiences and what they call ‘stereotypical artistic representation’ with a passage from *War and Peace*. In the excerpt, the character Rostov discovers that he can recount his experience in battle only by using expected narrative performance conventions, rather than describing what he in fact experienced.²

Poderíamos, então, conforme afirmou Robin Law, falar simplesmente de deturpação do ficcional face ao elemento de verdade histórica? Cremos ser mais adequado, concordando com Bay, estabelecer padrões que articulem as relações entre o texto ficcional e as narrativas históricas, especialmente as narrativas de memória. Ao invés de buscarmos respostas nas cansadas discussões sobre as diferenças entre gêneros, podemos questionar a fundo a natureza difusa das diferenças entre discurso ficcional e discurso histórico, já que ambos formam híbridos, estruturam uma historiografia heterológica, conforme mostrou Gilroy (1993; 2012), e consolidam uma nova e mais abrangente teoria crítica da sociedade (GILROY, 2010, p. 75). Com essas reflexões, encaminhamos nossa discussão para o diálogo que Lucia Helena (2006) estabelece em seu conceito de “poética da ruína”.

Narrar os fragmentos, narrar as ruínas

Para Lucia Helena (2006, p. 146), “[...] conceber a ficção como imaginação histórica significa dizer que ela se faz mediadora entre o estético e o político,

² Por exemplo, eles [esses trabalhos] ilustram o contraste entre a lembrança e o ato de recontar as experiências individuais e aquilo que chamam de “representação artística estereotípica” por meio de uma passagem de *Guerra e Paz*. No fragmento utilizado como exemplo, a personagem Rostov descobre que pode recontar sua experiência na batalha somente usando convenções narrativas performáticas esperadas, ao invés de descrever o que de fato experimentou. [Nossa tradução]. [Grifo nosso].

já que compartilha um elemento comum a ambos: o fato de que, ao encontrar as ruínas do pensamento, torna-se, ela própria, ruminação, revelando-se reflexão e crítica”.

Com Bruce Chatwin, Alberto da Costa e Silva e Robin Law, principalmente, estabelecemos diálogos com as indagações inaugurais de Paul Gilroy, especialmente quando trata de inserir o Brasil no circuito discursivo da modernidade. Com Gilroy, entendemos que uma história da modernidade deve ser transnacional e intercultural; que os discursos são marcados pelo hibridismo, recuperados sempre que partimos de uma perspectiva heterológica para discutir os processos históricos; e que as artes são discursos sincréticos e diaspóricos por excelência. Devemos nos servir desse saber “desessencializando” nosso pensamento, livrando-o do senso comum, cujo sinônimo é o pensamento dicotômico.

O *vice-rei de Uidá* é um relato de ruínas necessariamente histórico, o que nos leva a concordar com Helena (2006, p. 147) quando traz a ficção para a arena política. Recusando o simples elogio das minorias e das diferenças, bem como os simulacros de simulacros, Helena propõe uma “utopia do precário” que valide a postura ética em um mundo cada vez menos ético. A rasura de Chatwin em relação à história nos chega em ruínas, em meio aos escombros da casa de Francisco Félix de Souza, nas imagens delirantes de Mama Wéwé ou nas aporias do “novo” Daomé, hoje livre da presença militar do conquistador, mas ainda preso a práticas do passado colonial autoritário e antidemocrático, vivas e insistentes no presente.

No romance de Chatwin, a opção pelo realismo dialoga com uma história compreendida como testemunho do impreciso, do fragmentário, da ruína, do que só pode retornar como pesadelo da própria história: é uma narrativa exemplar de nossa modernidade claudicante que, em regiões como a África, primou e ainda prima pela barbárie inominada perpetrada pelos antigos e novos “civilizadores”. O romance de Chatwin denuncia essa história, sem ser panfletário; é crítico, sem compromisso com as políticas simplórias de exaltação das diferenças: ficção da crise, diria Lucia Helena.

Paul Gilroy nos abriu inúmeros caminhos, há 20 anos, e foi sábio ao nos deixar lacunas. Há pistas, mas também armadilhas. Na vida marítima, as rotas estão cheias de ameaças: piratas, pilhagens, maremotos, naufrágios. Navegar é preciso, mas a aventura da modernidade, já em portos pós-modernos, requer

conhecimento da ciência, do estudo dos mapas e dos astros, mas pressupõe também a astúcia de Ulisses, de perceber que, por vezes, para nos salvarmos do canto da sereia, temos que nos atar aos mastros.

Referências Bibliográficas

- BAY, Edna G. Protection, political exile, and the Atlantic slave-trade: history and collective memory in Dahomey. In: MANN, Kristin; BAY, Edna G. (Eds.). *Rethinking the African diaspora: the making of a Black Atlantic World in the Bight of Benim and Brazil*. London; Portland, OR: Frank Cass Publishers, 2005, p. 42-60.
- CHATWIN, Bruce. *The viceroy of Ouidah*. London: Vintage, 1998.
- _____. *O vice-rei de Uidá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GILROY, Paul. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1993.
- _____. The Black Atlantic as a counterculture of modernity. In: BRAZIEL, Jana Evans; MANNUR, Anita. *Theorizing diaspora: a reader*. Malden, MA; Oxford; Carlton, AUS: Blackwell Publishing, 2010, p. 49-80.
- _____. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- HELENA, Lucia. Ruínas do moderno nas ficções do pós-moderno: a ficção da crise e o pensamento trágico. *Via Atlântica*, n. 9, São Paulo, USP, 2006, p. 139-162.
- LAW, Robin. The evolution of the Brazilian community in Ouidah. In: MANN, Kristin; BAY, Edna G. (Eds.). *Rethinking the African diaspora: the making of a Black Atlantic World in the Bight of Benim and Brazil*. London; Portland, OR: Frank Cass Publishers, 2005, p. 22-41.
- _____. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. *Afro-Ásia*, n. 27, 2002, p. 41-77.
- _____. A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849). *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 9-39.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- REAL, Miguel. *O último negreiro*. 2. ed. Lisboa: Quidnovi, 2007.
- RUFER, Mario. A diáspora exorcizada. A etnicidade (re) inventada: historiografia pós-colonial e políticas da memória sobre o Daomé. *Afro-Ásia*, n. 34, Salvador, UFBA, 2006, p. 67-103.

SANSONE, Livio. Apresentação. In: *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

SHAKESPEARE, Nicholas. *Bruce Chatwin*. London: Vintage, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; EDUERJ, 2004.

SOUMONNI, Elisée. Some reflections on the Brazilian legacy in Dahomey. In: MANN, Kristin; BAY, Edna G. (Eds.). *Rethinking the African diaspora: the making of a Black Atlantic World in the Bight of Benim and Brazil*. London; Portland, OR: Frank Cass Publishers, 2005, p. 61-71.

_____. *Daomé e o mundo atlântico*. Amsterdam: SEPHIS; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.